



Conselho Nacional de Economia Solidária
Secretaria Nacional de Economia Popular
e Solidária – SENAES/MTE

4ª Conaes

RELATÓRIO

FINAL

Economia Popular e Solidária como Política Pública:
construindo territórios democráticos por meio do trabalho
associativo e da cooperação





GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA (SENAES)
CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CNES)

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL

Almir Alves
Alfredo Jairo dos Santos
Arildo Mota
Carlos Alencastro Cavalcanti
Cezar Nonato
Dora Sugimoto
Fernando Zamban
Francisca Maria da Silva
Francisco José de Lima Santiago
Geni Rosângela
Gisleide do Carmo Oliveira
José Santiago
Maíra Figueira
Mariana Giroto
Nelsa Inês Fabian Nespolo
Rafael Christofolletti
Sandro Benedito Sguarezzi
Tatiana Sousa
Tatiana Valente
Vicente Raimundo de Almeida Neves

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO

Adarlam Tadeu da Silva
Adriana Micheletto Brandão
André Aloísio Mombach
Camila Marcelino de Souza
Cláudio Araújo Nascimento
Denise Fernandes Eloy da Costa
Diogo de Carvalho Antunes Silva
Eliane de Moura Martins
Felipe Vella Pateo
Flávia de Angelis Santana
Lidiane Freire de Jesus
Luisa Correia Alves
Marco Antônio Baleeiro Alves
Rafael Christofolletti



Rosangela Alves Bolte
Sandro Benedito Sguarezi
Wiliane Viriati Rolim

EQUIPE DE METODOLOGIA

Ana Aranha
Antonia Vanderlúcia
Cristiano Passos
Denise Pereira
Francisco Miguel
Gildene Carvalho
Iracema Ferreira
Jordana Avila
Luana Isabel Kraft
Maria Eduarda
Maria Luiza Alessio
Michela Calaça
Monica Vasconcelos
Raimunda de Oliveira Silva
Samuel de Albuquerque Carvalho
Sandro Pereira da Silva
Simone Sarita Schaffer
Shakti Prates Borela
Wagner Cesário

EQUIPE DE INFRAESTRUTURA E APOIO

Amuramy Dantas Freire
Ana Catarina Meireles Cruz e Souza
Danielle Stephany Fernandes Rocha
Elaine Corado Souza
Francisco de Oliveira
Isabelly Costa
João Gabriel Rocha Guimarães
José Adriano De Oliveira Rocha Tavares
Kamila Araújo
Marta Trindade Veloso Fulcar
Meire Hellen Pereira da Silva Sousa
Michelly Fabrício
Poliana Ferreira Da Silva
Samara Landim de Alencar
Sergio Godoy
Suziane Gomes



EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Luciana Elisabeth Waclawovsky

Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério do Trabalho e Emprego

EQUIPE DE CUIDADO

Elza Mazieiro Teles

Francisco de Oliveira

Sara Daniela Barbosa

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

Gabriela Santana do Vale

Lidiane Freire de Jesus

SUMÁRIO

Apresentação da 4ª CONAES	8
Contextualização	8
Avanços e desafios	10
Etapa Nacional da 4ª CONAES	12
Objetivos	12
Organização e metodologia	13
Resumo das plenárias realizadas	14
Plenária de conjuntura: caminhos e perspectivas para a economia solidária frente a conjuntura e aos desafios atuais do mundo do trabalho	14
Miniplenária 1: diretrizes e prioridades para o 2º Plano Nacional de Economia Solidária	15
Miniplenária 2: públicos e sujeitos da política pública de economia popular e solidária	17
Plenárias de síntese dos eixos	18
Plenária final: reflexões e perspectivas da 4ª CONAES	23
Propostas aprovadas	25
Eixo temático I – Produção, comercialização e consumo justo e solidário	25
Eixo temático II – Financiamento: crédito e finanças solidárias	28
Eixo temático III – Educação, formação e assessoramento técnico	31
Eixo temático IV – Ambiente institucional: legislação, gestão e integração das políticas públicas	34
Diretrizes aprovadas	38
Conclusões e desdobramentos	39
Agenda estratégica de fortalecimento	40
Encaminhamentos	41
Recomendações às instituições e participantes	41



Anexos 42

Anexo A – Programação da 4ª CONAES	42
Anexo B – Conferências Estaduais.....	45
Anexo C – Conferências Temáticas e Livres	46
Anexo D – Acesso aos conteúdos produzidos	47

Apresentação da 4ª CONAES

Contextualização

Nos anos de 2006, 2010 e 2014 foram realizadas três Conferências de Economia Solidária (CONAES) nas quais foram aprovados fundamentos, princípios e identidade da Economia Solidária (ECOSOL) enquanto estratégia e política de desenvolvimento. Também foram aprovados programas e ações para marco jurídico, crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, formação, comunicação. A 3ª conferência produziu subsídios para elaboração do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, revisado em 2024. Os resultados dessa revisão foram encaminhados para conferências estaduais e juntados às propostas das conferências locais e territoriais entre 2024 e 2025. As etapas municipais e territoriais mobilizaram **mais de 16 mil pessoas em 1584 municípios**.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) convocaram, então, a **4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (4ª CONAES)**, realizada de 13 a 16 de agosto de 2025, no Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), em Luziânia/GO. A 4ª CONAES recuperou o processo de construção democrática participativa da política de economia popular e solidária e promoveu debate de conjuntura nacional, avaliação das políticas públicas existentes e aprovação de propostas para subsidiar a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Solidária. **Dentre os 1.236 participantes presentes, estavam 985 delegadas e delegados eleitos** em todos os estados e no Distrito Federal, com critérios de garantia de representatividade de **50% de mulheres e 20% de jovens**. Aos delegados eleitos se somaram **152 pessoas convidadas e 99 profissionais de apoio**. O quadro abaixo sintetiza, em números, a mobilização para realização de cada conferência até o momento:

Número de conferências				Número de participantes
	Territoriais	Estaduais	Temáticas	Nacional
1ª CONAES	159	27	-	1.352
2ª CONAES	187	27	5	1.613
3ª CONAES	207	26	5	1.500
4ª CONAES	185	27	14	1.236

A partir dos dados sistematizados durante a 4ª CONAES, é possível afirmar que no Brasil a economia solidária se configura como um **campo estratégico de resistência, inovação social e construção de alternativas econômicas sustentáveis**, especialmente em contextos de crise e desigualdade. Trata-se de um movimento enraizado nos territórios, articulado por empreendimentos autogestionários, fóruns estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, universidades públicas e diversos segmentos sociais – entre os quais se destacam juventudes, mulheres, povos tradicionais, comunidades quilombolas, indígenas, agricultores familiares, catadores e artesãos.

A conjuntura nacional da economia solidária reflete um **processo de reconstrução institucional** iniciado com a recriação da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) no terceiro governo Lula, após anos de desmonte das políticas públicas durante gestões anteriores. A mobilização que culminou na 4ª CONAES demonstra a **vitalidade do movimento social da economia solidária, sua capilaridade e capacidade de articulação**. A realização de conferências municipais, territoriais, estaduais e temáticas em todas as regiões do país evidencia um esforço coletivo para reposicionar esse tema na agenda nacional como política pública estruturante e transversal.

Os relatos das conferências estaduais revelam a diversidade de experiências e realidades. No Norte, a economia solidária está fortemente associada à resistência dos povos da floresta frente aos conflitos fundiários e à degradação ambiental. No Nordeste, destaca-se o protagonismo dos territórios com tradição em agroecologia, finanças solidárias e políticas de compras públicas, mesmo diante do avanço do conservadorismo e da informalidade. O Centro-Oeste apresenta fragilidades institucionais, mas evidencia o papel da autogestão em comunidades indígenas e quilombolas como forma de enfrentamento ao modelo do agronegócio. O Sudeste revela forte presença da economia popular urbana, especialmente entre juventudes e nas periferias, ao passo que ainda enfrenta baixos níveis de institucionalização nas políticas públicas estaduais. Já o Sul, embora historicamente articulado, enfrenta hoje dificuldades de articulação com os governos estaduais, ainda que fóruns e universidades mantenham iniciativas importantes.

As conferências temáticas, por sua vez, deram centralidade a temas transversais como juventude, mulheres, saúde mental, meio ambiente, educação popular, cultura, etnodesenvolvimento, centros urbanos, agroecologia e finanças solidárias, o que reforça a economia solidária tanto como política de geração de renda quanto de proposta de reestruturação do modelo de desenvolvimento, centrada na cooperação, na sustentabilidade e na justiça social.

Entre os principais avanços estão a **consolidação** de marcos legais estaduais e municipais, o funcionamento de conselhos em diversas unidades federativas, a **articulação** com políticas públicas de educação, saúde, assistência social e agricultura familiar, além da crescente mobilização das juventudes e das mulheres. Entretanto, os **desafios** são igualmente expressivos: descontinuidade institucional, falta de financiamento estruturado, burocratização dos acessos às políticas públicas, invisibilidade em algumas esferas governamentais e fragmentação das iniciativas.

A 4ª CONAES representou, assim, não apenas um espaço de proposição de diretrizes e de ações prioritárias, mas um momento de **afirmação política** da economia solidária como estratégia de desenvolvimento baseada em valores como a autogestão, a cooperação, a solidariedade, a sustentabilidade ambiental e a valorização dos saberes populares. O movimento reafirma sua disposição em contribuir com um projeto de país mais justo, democrático e inclusivo, reivindicando o fortalecimento do Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), a implementação da Política Nacional instituída pela Lei nº 15.068/2024, e a consolidação de um Estado que reconheça e apoie práticas econômicas que colocam a vida no centro.

Avanços e desafios

O ciclo de conferências territoriais, estaduais e temáticas revelou um panorama diverso e complexo, marcado pela retomada institucional da política pública, protagonismo dos movimentos sociais e enfrentamento de desafios históricos e conjunturais:

Síntese, por região, das conferências territoriais e estaduais			
Região	Conjuntura	Avanços	Desafios
Norte	Caracterizada por grandes distâncias geográficas, baixa presença institucional e forte presença de comunidades tradicionais, a região enfrenta conflitos fundiários e socioambientais, com impactos diretos sobre os modos de vida dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas.	• Reativação de fóruns estaduais e maior articulação entre sociedade civil, universidades e órgãos federais; • Valorização dos saberes tradicionais e fortalecimento de práticas autogestionárias em territórios da Amazônia Legal.	• Fragilidade das políticas públicas estaduais e municipais; • Necessidade de superar barreiras de infraestrutura, conectividade e reconhecimento jurídico das experiências locais.
Nordeste	A região concentra histórico de mobilização popular e experiências consolidadas em agroecologia, agricultura familiar e cooperativismo, mas ainda enfrenta altos índices de desigualdade e precarização do trabalho.	• Elevado grau de mobilização: estados como Bahia, Pernambuco e Ceará realizaram dezenas de conferências territoriais com ampla participação; • Presença de marcos legais robustos e funcionamento de conselhos estaduais em diversos estados.	• Reduzido apoio institucional em algumas localidades; • Crescente influência de discursos conservadores e avanço da informalidade no mundo do trabalho.
Centro-Oeste	Marcada pela hegemonia do agronegócio, pela fragilidade das estruturas públicas e pela descontinuidade das políticas sociais nos estados, a região vivencia disputas territoriais e vulnerabilidade socioambiental.	• Ações lideradas majoritariamente pelos movimentos sociais, universidades e coletivos locais, mesmo sem apoio institucional estadual; • Reconhecimento da importância da economia solidária para povos originários, assentados e comunidades tradicionais.	• Ausência de políticas públicas estruturadas; • Necessidade urgente de fortalecimento institucional e retomada da articulação entre esferas governamentais.

Sudeste	Área densamente urbana, com forte presença da economia popular e crescente informalidade. A pandemia acentuou desigualdades e precarização das condições de vida e trabalho.	• Experiências exitosas nos campos da cultura, juventude e cooperativismo urbano; • Instituição de marcos legais em capitais como São Paulo e Belo Horizonte, com destaque para a Lei Paul Singer.	• Baixa prioridade da economia solidária nas agendas estaduais; • Falta de efetivação das leis existentes e necessidade de estruturação de sistemas públicos de apoio aos empreendimentos solidários.
Sul	Cenário de retração institucional em razão de gestões estaduais conservadoras e ausência de investimentos públicos. Ainda assim, a região possui tradição histórica na economia solidária.	• Mobilização articulada por fóruns regionais e universidades; • Realização de conferências intermunicipais com diversidade de segmentos e territórios.	• Fragilidade da política estadual em diversos estados, como Paraná e Santa Catarina; • Demandas por reativação de conselhos, ampliação do financiamento e garantia de participação social.

Síntese nacional das conferências temáticas		
Conjuntura	Avanços	Desafios
As conferências temáticas reafirmaram a vitalidade da economia solidária enquanto campo de resistência e de proposição de alternativas econômicas sustentáveis, inclusivas e democráticas.	• Integração entre pautas da juventude, meio ambiente, educação popular, mulheres, finanças solidárias e povos tradicionais; • Reforço à ideia de sistema nacional de economia solidária e políticas públicas transversais.	• Necessidade de ampliar a institucionalidade da política nacional; • Superar a fragmentação entre redes e promover maior articulação entre instâncias locais, regionais e nacionais.

Etapa Nacional da 4ª CONAES

Objetivos

Objetivo geral

Fortalecer o processo de construção democrática participativa da política de economia popular e solidária com base na leitura do contexto e na avaliação das políticas de economia solidária, visando a construção de propostas que subsidiarão a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Solidária.

Objetivos específicos

1. Fortalecer a organização social e cidadã dos sujeitos da economia popular e solidária para o exercício da democracia, da defesa do meio ambiente, da autogestão e do desenvolvimento sustentável e solidário;
2. Fazer um balanço do ambiente institucional das políticas de economia popular e solidária, considerando a diversidade e pluralidade dos sujeitos e do diálogo com outras políticas territoriais e setoriais;
3. Promover a escuta e a reflexão sobre a conjuntura e a realidade dos municípios e territórios da economia popular e solidária;
4. Elaborar diretrizes e ações programáticas para o 2º Plano Nacional de Economia Popular Solidária, considerando a necessidade dos EES e seus sujeitos, especialmente mulheres e juventudes, que fortaleçam o ambiente institucional, a educação e a autogestão, o acesso ao crédito e as finanças solidárias e a produção, comercialização e consumo justo e solidário.

Resultados esperados

- Do objetivo 1: Sujeitos sociais e coletivos da economia popular e solidária fortalecidos politicamente;
- Do objetivo 2: Balanço, do ambiente institucional das políticas de economia popular e solidária nos três níveis da Federação, realizado;
- Do objetivo 3: Relatórios por estado, com insumos para as políticas públicas de economia popular e solidária, sistematizados no documento-referência para a Conferência Nacional.
- Do objetivo 4: Levantamento e sistematização das propostas de diretrizes e ações programáticas para o 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária realizados;
- Produtos: Relatório Final e Anais da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária elaborados, reunindo a análise de conjuntura, o balanço das políticas públicas e as propostas de diretrizes e de ação construídas coletivamente. Esses documentos subsidiarão a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária, a ser finalizado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária.

Organização e metodologia

Em um aspecto amplo da política nacional de participação social, a CONAES se inseriu como parte do Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), o qual articula conferências, conselhos e planos como instrumentos de construção democrática das políticas públicas. Prevista na Lei Paul Singer (Lei nº. 15.068, de 23 de dezembro de 2024), essa estrutura busca garantir que a economia popular e solidária seja efetivamente reconhecida e fortalecida como política de Estado. Dessa forma, a conferência não é um evento isolado, mas sim parte de um processo contínuo de escuta, formulação e pactuação coletiva.

A 4ª CONAES, então, se estruturou como espaço de encontro, troca de experiências e construção coletiva. O diálogo central foi sobre como a economia popular e solidária pode se tornar uma política pública de verdade, a qual ajude a melhorar a vida de quem vive do seu próprio trabalho, de forma cooperativa e construtiva, com vistas a uma economia alternativa ao modelo tradicional, e que seja capaz de ser construída e potencializada com o povo e para o povo. Para isso, foi realizada após etapas preparatórias, segundo cronograma:

Etapa	Prazo
Temáticas ou livres	Até 30 de março de 2025
Locais (municipais ou intermunicipais)	Até 30 de abril de 2025
Estaduais	Até 31 de maio de 2025
Sistematização das propostas	Janeiro a março de 2025
Nacional	13 a 16 de agosto de 2025

Cada etapa foi realizada numa estrutura geral de: compreensão de abrangência, objetivos e convocação; composição de comissão organizadora; mobilização dos participantes; planejamento da infraestrutura; realização e sistematização de informações. Provenientes dos estados e do Distrito Federal, e com contribuições das conferências temáticas e livres, foram recebidos e analisados 27 relatórios das etapas estaduais e 14 das conferências temáticas e livres, os quais apresentaram um total de **774 propostas que foram reunidas para: análise, distribuição por aproximação temática e sistematização. Esse trabalho, por sua vez, resultou em 243 propostas** organizadas, por eixo temático, para debate e votação de prioridades durante a etapa nacional da 4ª CONAES:

- Eixo I - Produção, comercialização e consumo;
- Eixo II - Financiamento: crédito e finanças solidárias;
- Eixo III - Educação, formação e assessoramento técnico;
- Eixo IV - Ambiente institucional.

Durante a 4ª CONAES foi realizada uma divisão: cada eixo temático foi organizado em 4 Grupos de Trabalho (GT) e cada grupo, por sua vez, utilizou um instrumento de votação elaborado por eixo temático e por cor (Eixo I - Produção,

comercialização e consumo – Azul; Eixo 2 - Financiamento: crédito e finanças solidárias - Laranja; Eixo 3 - Educação, formação e assessoramento técnico – Verde; Eixo 4 - Ambiente institucional – Vermelho), para que pudessem debater e ranquear as 243 propostas contidas no Caderno de Propostas 4ª CONAES. Na plenária final foram aprovadas 80 propostas prioritárias, 20 de cada eixo temático, as quais consolidam diretrizes estratégicas para o fortalecimento da Política Nacional de Economia Popular e Solidária.

Resumo das plenárias realizadas

Plenária de conjuntura: caminhos e perspectivas para a economia solidária frente a conjuntura e aos desafios atuais do mundo do trabalho

Mesa de diálogo: coordenação de Gilberto Carvalho, secretário nacional de economia popular e solidária; participação de Márcio Pochmann, presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística; Nelsa Nespolo, parte da Comissão Organizadora Nacional da 4ª CONAES; José Ignácio, representante do Complexo Cooperativo Mondragon; Raphael Libânio, Gerente Setorial de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Contribuições centrais da plenária

- Uma conferência não é apenas uma atividade com mesas de debates e grupos, mas também um encontro de pessoas, uma de troca de afeto e de experiências que reforçam o papel transformador da economia solidária para a sociedade;
- O Brasil vive uma nova mudança de época: o capitalismo não tem mais nada a oferecer; a relação capital *versus* trabalho se transformou em relação débito *versus* crédito; os sujeitos excedentes dessa mudança conformam uma massa humana que sobra ou que não se adapta ao modo capitalista; o olhar não está mais tão voltado para Europa e Estados Unidos; existe uma transição de economia industrial para economia de serviços; existe aumento da expectativa de vida e diminuição da taxa de fecundidade;
- Importante que haja consciência sobre os custos e as fontes de financiamento, complementada por programas de transferência de renda, além de uma agenda pública voltada para sustentabilidade;
- Necessário definir elementos como “somos classe trabalhadora; escolhemos outro modelo de trabalho, mas não queremos a exclusão econômica e social”. Economia solidária é eixo central para a transformação do Brasil, por promover autogestão, respeito mútuo e valorização do trabalho coletivo. Necessário alinhar a economia solidária aos princípios da sustentabilidade e da economia verde;
- Urgente a regulamentação e o reconhecimento formal dos sujeitos que constroem a Economia Solidária, com elaboração de estratégias estruturadas (como um fundo nacional operado por bancos comunitários) para consolidar um ecossistema de economia solidária forte, articulado e transformador;

- Exemplo do Complexo de Cooperativas de Mondragón para refletir: surgiu no pós-guerra civil espanhola, estrutura econômico-social destruída e grandes necessidades básicas. Cooperativas lá são centradas nas pessoas que se juntam livremente por questões sociais, econômicas, culturais, para cuidar das pessoas e do seu entorno. Essa cultura é forte nessa região da Espanha, que desenvolveu um tipo especial de qualidade de vida, sem pessoas em situação de rua, mas também sem luxos;
- Defesa de modelos de gestão nos quais as pessoas estejam no centro das decisões e da dinâmica econômica, com educação como elemento estruturante para cooperação no longo prazo e presença de mulheres e da diversidade brasileira para transformações sociais reais;
- Transformações recentes na Petrobras, com destaque para apoio e investimentos em projetos voltados para o desenvolvimento do país. Abordagem de estratégias de transição energética justa, com ênfase na centralidade das pessoas e na mudança da matriz energética; possibilidades de fomento a novos negócios; recepção de resíduos sólidos, oriundos das atividades da Petrobras, por cooperativas especializadas; incentivo à energia solar. Compromisso da Petrobras com o desenvolvimento sustentável do país.

Miniplenária 1: diretrizes e prioridades para o 2º Plano Nacional de Economia Solidária

Mesa de diálogo: moderação de Tatiane Valente, representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária; participação de Ananias Viana, representante da Câmara de Turismo da Baía de Todos os Santos; Helena Bonumá, coordenadora da Rede Nacional de Economia Solidária e Feminista; Joaquim Melo, fundador da Rede Brasileira de Bancos Comunitários; Roberto Marinho, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Contribuições centrais dos(as) facilitadores(as)

- Cronologia de ações da economia solidária, ponto de partida: 1ª edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizado entre os dias 25 e 31 de janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre - RS. Esse evento marcou uma série de realizações posteriores, como: 1ª, 2ª e 3ª Plenária Nacional de Economia Solidária; o 1º Encontro Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários; a criação da Plataforma Nacional de Economia Solidária e o Fundo Nacional (PRONAES). Outros componentes complementares: luta pelo marco jurídico; constituição de redes, de produção, de comercialização e de consumo;
- Destaque para: crise climática, precarização e superexploração do trabalho, concentração de renda e riqueza no mundo e domínio tecnológico de grandes corporações - *bigtechs*. Como resposta a essa contraofensiva: autogestão como modo de organização social, bem como a constituição de um sistema nacional de economia solidária, protagonismo de mulheres, apoio aos/as catadores/as e outras frentes;

- Concepção da economia solidária: deve ser para além do enfrentamento ao capitalismo, com apoio estatal de orçamento forte e correlação com temas como transição energética, via criação das usinas solares populares de energia renovável, e soberania digital como mais um campo de diálogo e oportunidade da economia solidária;
- Necessidade de a economia solidária se fazer presente na COP 30, bem como aprovar a lei de moedas sociais. Encarar economia solidária como grande projeto de desenvolvimento para o Brasil, a fim de superar a sua fragmentação.

Contribuições centrais da plenária

As contribuições da Plenária expressam mais propostas de ações do que diretrizes propriamente ditas. No entanto, muitas destas propostas podem dialogar com a formulação de diretrizes estratégicas para a Política Nacional de Economia Solidária:

- Construção de programa de promoção da **soberania digital** que prepare a economia solidária para a transição digital e que leve em conta experiências importantes como as Moedas Sociais Digitais, Aplicativos de Transporte assentadas em Cooperativas. Incluir juventudes, coletivos digitais e coletivos de comunicação popular nesta construção;
- Construção de política de **comunicação popular**, de base comunitária, que chegue nas comunidades mais distantes com fortalecimento de sistemas de rádios e televisão comunitários, com frequência aberta e gerenciadas por movimentos sociais;
- Fortalecimento de políticas de turismo de base comunitária assentadas nas identidades territoriais, seus povos e comunidades;
- **Transversalização de políticas afirmativas** de gênero, raça, geração e outras populações prioritárias em todas as políticas públicas de promoção da economia popular e solidária;
- Ministério para economia popular e solidária e transversalização das políticas de economia solidária em todos os ministérios, com criação de programas ou ações específicas;
- Desenvolvimento de políticas e ações de economia solidária centradas na **valorização dos biomas, dos saberes tradicionais e ancestrais, das tecnologias sociais**, como bases para construção de um **desenvolvimento sustentável** frente às crises climáticas;
- Envolvimento de universidades, institutos federais, fundações e centros tecnológicos no desenvolvimento de produtos sustentáveis, cooperativas e associações;
- Segurança e Saúde do Trabalho (SST) como política transversal na economia solidária e como estratégia de **promoção do trabalho saudável e seguro**, no âmbito dos Empreendimentos de Economia Popular e Solidária;

- Construção de plano de **etnodesenvolvimento para as populações quilombolas, indígenas, povos e religiões de matriz africana** com a criação de uma linha/ segmentos de agentes de etnodesenvolvimento; reconhecendo culturas, tradições e saberes dos povos originários e tradicionais;
- Luta contra o arcabouço fiscal e contra o teto de gastos para que se tenha política de financiamento para economia solidária;
- Construção de políticas de prevenção à violência direcionadas a população jovem a partir de geração de trabalho e renda;
- Afirmação da produção sustentável com políticas de financiamento mais adequadas e em volume suficiente, de modo a valorizar a produção orgânica;
- Regularização fundiária para populações ribeirinhas;
- Construção de políticas de redução do consumismo.

Miniplenária 2: públicos e sujeitos da política pública de economia popular e solidária

Mesa de diálogo: moderação de Arildo Mota, presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários; participação de Alzira Medeiros, representante da Rede Autogestionária de Educação Popular em Economia Solidária; Ana Caroline, representante do Juventudes e Economia Solidária e do Conselho Nacional de Economia Solidária; Cirene Cândido, representante do Instituto Diversa; Fausto Augusto, presidente do Conselho do Serviço Social da Indústria.

Contribuições centrais da plenária

- Importância da diversidade na economia popular e solidária e urgência de políticas públicas que reconheçam, fortaleçam e potencializem esses sujeitos. Caráter transformador da presença da juventude e da presença de segmentos historicamente marginalizados - **mulheres, população LGBTQIAPN+, jovens rurais, egressos do sistema prisional - que encontram na arte, cultura e produção coletiva, formas de combate e resistência;**
- Destaque para o protagonismo invisibilizado das mulheres negras, as quais são maioria nos empreendimentos e em redes de economia solidária. Gritantes os obstáculos e barreiras no que se refere à crédito, infraestrutura e formação técnica. Necessidade de uma **perspectiva interseccional que una gênero e raça, ressaltada a potência da economia feminista - especialmente o feminismo negro** - como dispositivo de combate ao modelo que explora corpos e territórios;
- A economia solidária não é nova, traz uma herança de práticas históricas de sobrevivência e solidariedade e, ao mesmo tempo, um crescimento de iniciativas populares de geração de trabalho e renda, advindas das mudanças do mercado de trabalho cada vez mais precarizadas. Ela precisa, portanto, reconhecer os diferentes formatos da **economia dos setores populares** para criar e fortalecer sistemas de intercooperação com a economia popular;

- Possibilidade de no futuro haver coexistência de diferentes modos de produção. A economia solidária não deve ser confundida com “economia da pobreza”, mas sim, reconhecida como um potente modo de vida. O desenho da política pública passa pela compreensão das mudanças contemporâneas no mercado de trabalho, no modo de viver das pessoas e nas periferias dos centros urbanos;
- Necessidade de políticas que contemplem a diversidade de sujeitos e da disputa pelo orçamento público para o setor. **Crítica à uniformização imposta pelas políticas estatais** e ao deslocamento de recursos que seguem para empresas que degradam o meio ambiente. Importante a disputa pelo fundo público e visão de bem-viver;
- Impossível entender o sujeito social da economia solidária no Brasil sem considerar a trajetória histórica e a pluralidade de visões de mundo presentes no país. **Esse sujeito não é uma invenção recente, mas sim um ser histórico, forjado na luta pela territorialidade e na defesa de suas próprias cosmovisões.** Importante reconhecer que essas cosmovisões são plurais – diferem-se da visão eurocêntrica - e que o movimento precisa construir um plano que respeite esse **“pluriverso” (que inclui o trabalho reprodutivo das mulheres na economia solidária, a relação sagrada dos povos indígenas com a terra, a pluralidade de visões)**. Defesa de eixo estratégico para desconstrução da visão eurocêntrica hegemônica e da lógica do empreendedorismo neoliberal;
- A jornada de trabalho da mulher vai muito além do trabalho produtivo porque inclui o trabalho de cuidado com a família e com o lar. A sobrecarga desse trabalho doméstico invisibilizado impede a participação plena das mulheres e a economia solidária precisa reconhecer e valorizar essa realidade para ser verdadeiramente solidária e equitativa;
- A economia solidária é construída por **sujeitos múltiplos e coletivos**, que resistem às desigualdades estruturais e propõem outros modos de vida. O desafio é garantir políticas públicas efetivas, construídas a partir dessa diversidade, e afirmar a economia solidária como projeto político de transformação social, justiça e sustentabilidade.

Plenárias de síntese dos eixos

Metodologia: Escolhidas 20 propostas de cada eixo, 15 consolidadas mais 05 de repescagem a partir de 10 propostas abertas para votação de defesa ou de contestação. Todo o trabalho foi conduzido de acordo com o regimento do evento, garantindo a veracidade dos procedimentos e o cumprimento das normas estabelecidas.

Eixo I

Mesa de mediação: Lidiane Freire, Fernando Zamban e Gisleide Carneiro; momento poético de Reginaldo Figueiredo.

Contribuições centrais

- Apresentações e momento poético. Leitura das 15 propostas consolidadas e aprovadas por votação nas salas: **10, 02, 01, 44, 03, 41, 29, 42, 25, 08, 39, 04, 15, 23, 05** (Nº correspondente - Caderno de Propostas 4ª CONAES). Orientações aos grupos. Observações acerca de: inclusão de agentes prioritários nas propostas; revisão da proposta 39; destaque para a proposta 10 - sobre apoio logístico e estrutura de feiras; destaque para assistências técnicas e novas estruturas para áreas periféricas; destaque para valorização de comunidades indígenas, quilombolas e favelas. Análise das 10 propostas e votação:

Proposta votada	Quantidade de votos	Observação
09	246	1ª aprovada
12	217	2ª aprovada
30	211	3ª aprovada
40	187	4ª aprovada
33	184	5ª aprovada
37	173	-
19	137	-
21	130	-
28	130	-
20	117	-

Eixo II

Mesa de mediação: Nelsa Nespolo, Iracema Moura, José Santiago; momento poético de Imaculada e Jocelaine.

Contribuições centrais

- **Recomendações ao Conselho** (para análise de viabilidade, validação e inclusão): finanças solidárias no plano final; criação de um sistema nacional de finanças solidárias que englobe bancos, fundos e cooperativas de crédito, que considerem os diferentes estágios dos envolvidos (iniciantes, intermediários, avançados); políticas públicas voltadas para a Amazônia, que considerem as particularidades regionais - como dificuldades de logística e de transporte; criação de sistema previdenciário adaptado para trabalhadores com jornadas não-convencionais, como artesãos, e para pessoas mais velhas que nunca contribuíram; maior inclusão e visibilidade aos catadores de recicláveis e de sementes, às comunidades extrativistas e à comunidade LGBTQIAPN+; financiamento para transição energética justa, popular e comunitária;

divulgação e comunicação sobre economia solidária e seus conceitos; educação financeira com foco na economia solidária, no sistema de ensino público desde a infância;

- Leitura das 15 propostas consolidadas e aprovadas por votação nas salas: **73, 52, 65, 47, 74, 50, 53, 55, 64, 46, 59, 45, 62, 68, 75** (Nº correspondente Caderno de Propostas 4ª CONAES). Defesas de propostas: a 50 por ser abrangente e contemplar o conteúdo das propostas 45, 48, 02, 49; as propostas 75, 47, 65, 46 e 76 também foram defendidas. Houve votações de desempate. A 60 não teve candidato para defesa; a 56 teve defesa de que os movimentos sociais podem fortalecer essa proposta; a 57 ficou sem defesa; a 58 teve defesa de que ela mesma fortalece outras propostas já aprovadas; a 69 teve defesa de que já foi criado um programa para compra nas feiras com produtores locais e isso fortalece a economia local; a 51 não teve candidato para defesa. Abertura para votação de 04 propostas prioritárias a partir de 06 propostas encaminhadas para repescagem:

Proposta votada	Quantidade de votos	Observação
60	240	1ª aprovada
69	238	2ª aprovada
56	200	3ª aprovada
51	154	4ª aprovada
57	124	-
58	91	-

Eixo III

Mesa de mediação: Lidiane Freire, Fernando Zamban e Gisleide Carneiro; momento poético de Reginaldo Figueiredo.

Contribuições centrais

- Leitura das 15 propostas consolidadas e aprovadas por votação nas salas: **93, 80, 79, 154, 102, 85, 122, 96, 104, 98, 131, 88, 101, 116, 84** (Nº correspondente - Caderno de Propostas 4ª CONAES). Debates sobre importância de: programas para as mulheres e de criação de conteúdo para o público feminista, com busca de recursos do Ministério do Trabalho e Emprego; alteração nas tecnologias para as políticas públicas; educação para juventudes, quilombolas, feministas, mulheres vítimas de agressão; criação de escola nacional feminista; trocar termos como "programas" para "políticas públicas", segundo regimento; reestruturação dos Centros de Formação do Educador (CEFE). Análise das 10 propostas encaminhadas para repescagem e votação das 05 propostas prioritárias:

Proposta votada	Quantidade de votos	Observação
148	275	1ª aprovada
90	203	2ª aprovada
120	183	3ª aprovada
89	179	4ª aprovada
86	172	5ª aprovada
137	167	-
97	151	-
121	147	-
123	144	-
91	126	-

Eixo IV

Mesa de mediação: Rose Frazão; Michel Fukuda.

Contribuições centrais

- Breve apresentação dos participantes, escolha de voluntários para coordenação e relatoria, identificação dos presentes, encaminhamento das propostas 169 a 259 para avaliação por meio de repescagem, apresentação e leitura das 15 propostas consolidadas e aprovadas: **231, 216, 240, 223, 221/229 (proposta duplicada), 185, 243, 225, 211, 161, 187, 167, 162, 178, 188** (Nº correspondente - Caderno de Propostas 4ª CONAES);
- Defesas de propostas: a 227 teve defesa na perspectiva de que agricultor familiar e artesão têm direito ao espaço de gestão; defesa da proposta 163 por 2 voluntários que trataram de carga tributária, serviços municipais prestados, apoio aos catadores de lixo e taxa de carbono; defesa da proposta 158 porque ela deveria estar entre as aprovadas automaticamente e que se não tiver previsão na Lei Orçamentária então não adiantará (além disso, já foi contemplada na 188); defesa da proposta 193, por 2 voluntários, com base em economia solidária, turismo, segurança alimentar, representatividade, agroecologia;
- Já a defesa da proposta 184 foi baseada nas catástrofes climáticas ocorridas no Rio Grande do Sul e em nome das mulheres que perderam suas casas e famílias; defesa de que as propostas 174 e 178 são a mesma proposta; a proposta 181 teve defesa baseada no apoio dos trabalhadores da cultura, da importância dos fazedores de cultura para expansão dos produtores culturais; a proposta 197 teve defesa com base na abolição de expressões utilizadas por colonizadores e inclusão de psicanálise na economia solidária; a proposta 211 já trata o que é contemplado na 235;

- Decisão coletiva que 3 propostas, que já foram contempladas em textos aprovados, já fiquem automaticamente aprovadas. A 174 não foi por unanimidade, a 158 saiu da votação por decisão unânime, a 235 saiu da votação por decisão unânime. Os grupos seguiram para votação:

Proposta votada	Quantidade de votos	Observação
163	269	1ª aprovada
181	204	2ª aprovada
198	187	3ª aprovada
184	182	4ª aprovada
227	157	5ª aprovada
174	81	-
158	-	Já aprovada em textos anteriores
193	233	-
235	-	Já aprovada em textos anteriores
197	86	-

- Durante avaliação dos trabalhos, destaque para: pensar nos povos tradicionais para uma economia solidária com toda diversidade do povo brasileiro; ter mais diálogo e pressionar um pouco mais para regulamentação da Lei; pensar na logística territorial, com exemplo da região Norte, que é muito grande; debater, chamar pessoas para elaborar lei nos níveis municipais também; pensar quais conceitos se quer disputar; combater escravidão moderna, inserir pessoas na agroecologia e no cooperativismo, fortalecer renda de pessoas LGBTQIAPN+ por meio da economia solidária, fortalecer o trabalho digno por meio da Economia Solidária (compreender que empresários concordam com trabalhador seguro porque assim ele trabalha mais, mas quando se fala em 2 pausas para o trabalhador aí há problemas. Além disso, há trabalhadores de economia solidária que passam a ter jornadas muito mais exaustivas depois que entram em cooperativas); refletir que a proposta 239 tinha equidade de gênero e não foi aprovada, apesar de ser um tema central;
- Outros destaques: proposta 188 precisa ser aprofundada; aprofundar o debate sobre os empreendimentos criados por jovens, garantir juventude nos conselhos; usar “trabalhadores” e “trabalhadoras”, em vez de “empreendedores solidários”; pensar o problema dos drones que contaminam produções agroecológicas; ter mais união entre os empreendimentos porque eles são a alma da economia solidária, mas ainda existe muita competição; lutar pela inserção dos trabalhadores de economia solidária no sistema público de trabalho, por exemplo no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados,

porque é importante que se tenha métricas para existir dentro da política pública; formalizar CNPJ de empreendimentos de economia solidária; refletir que a proposta 183 fala de fundo nacional e está contemplada na 178; a 164 fala do INSS e isso está contemplado na 225; refletir sobre as propostas 243, 239, e 163, sobre como fazer estabelecer política pública sem conversar sobre a terra (é preciso falar sobre Plano Diretor); que as propostas 243, 239 e 163 sejam consideradas como prioritárias.

Plenária final: reflexões e perspectivas da 4ª CONAES

Mesa de diálogo: Ladislav Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Gilberto Carvalho, secretário nacional de economia popular e solidária; comissão organizadora da 4ª CONAES; Renato Simões, secretário de participação social da Secretaria Geral da Presidência da República.

Contribuições centrais da plenária

- Exemplo de grandes grupos financeiros americanos que controlam a Visa: o sistema de apropriação de recursos que antes era só por meio do salário (baixo), agora é por meio do endividamento das pessoas. Então, a população precisa ter educação financeira, precisa aprender a tomar crédito. Há 70 milhões de adultos que estão no limite da inadimplência. A taxa média de juros no Brasil é de 55%. No resto do mundo a taxa de juros para famílias é de 3,4% ao ano, no Brasil é ao mês. As pessoas percebem na hora a exploração por meio do salário, mas não a exploração por meio do sistema monetário. Na Constituição Federal, no artigo 192, juros acima de 12% ao ano será considerado crime;
- Existe um processo que explora as pessoas porque estão endividadas pelo sistema de agiotagem. E o sistema de apropriação mudou: é imaterial, financeiro. Isso se tornou o principal vetor de apropriação dos recursos e a população mal entende esse processo porque nunca teve aula sobre o sistema financeiro, sobre o sistema de cartões. O principal sistema de lucro do sistema político é o de aplicações financeiras. O dinheiro que os endividados pagam vai direto para esse sistema. Então se unem interesses políticos com interesses financeiros. É preciso entender o que faz a base da sociedade brasileira continuar pobre e os ricos triplicarem seus ganhos. 80 bancos comunitários de desenvolvimento - resgate do dinheiro para a base da sociedade;
- Fome: No Brasil não é um problema por falta de recursos. Só de grãos, o Brasil produz 4kg de grãos por pessoa por dia. A elite do Brasil não tem interesse pelo próprio país, estão dispostos a entregar o Brasil para os Estados Unidos, por exemplo. Defesa da redistribuição de renda como forma de combater a desigualdade: O Brasil é apresentado como um país rico, com um Produto Interno Bruto (PIB) que, se distribuído, garantiria a cada família de 4 pessoas cerca de 17 mil reais por mês, o que demonstra que o país produz o suficiente para todos viverem com dignidade. O problema central, portanto, não é econômico, mas sim de organização política e social;

- A alocação de recursos financeiros na base da sociedade é social e economicamente mais produtiva. Um aumento de mil reais para os estratos mais pobres da população tem um impacto substancial, que impulsiona o consumo e que estimula o comércio e a produção e isso, por sua vez, gera empregos e, conseqüentemente, aumenta a arrecadação de impostos para o Estado - que pode então investir em políticas sociais e infraestrutura;
- Em 2007: pesquisa sobre desenvolvimento local, realizada a pedido de Lula. Foi levantado um conjunto de sistemas de desenvolvimento local, foi elaborado um relatório - que é ferramenta de ação - e foram feitas 89 propostas práticas. Existem muitas iniciativas dispersas, enraizadas nas comunidades, mas há uma imensa oportunidade de se gerar sinergia, de uma força ampliar a outra, entre essas dezenas de milhares de iniciativas - que são pouco conhecidas e isoladas. É possível transformar essa base dispersa numa força política inovadora, o que exige uma questão técnica, sistema de comunicação, de colaboração, uns aprendendo com os outros. É um imenso potencial. As soluções técnicas para isso existem. Revolução digital;
- Mídias de periferia: todas as novas tecnologias que permitem a exploração pelos grupos de cima também podem ser usadas numa lógica inversa, pelos grupos de base, exemplo: Casa Verde, em São Paulo; plataforma colaborativa própria para trajetos de carro em Araraquara, São Paulo (na contramão de empresas como Uber, que levam cerca de 30% dos valores para os Estados Unidos). Inverter o processo atual e gerar um sistema colaborativo no Brasil, inclusive com interação internacional, onde atividades inovadoras podem ser compartilhadas e desenvolvidas online e de forma gratuita. É preciso ousar. economia solidária é inovação. A conferência é apenas o começo da revolução que se quer. Propor ao Brasil uma nova forma de produzir, de comercializar;
- Houve reativação de quase 100 conselhos e 60 centros nacionais de participação social, além da realização de 28 conferências nacionais, que fortaleceram a reconstrução das políticas públicas desde a base. A próxima fase do trabalho visa enraizar o sistema de participação social nos territórios, por meio de organização e educação popular. Importância da articulação em rede e da comunicação com a base, citando a organização de 1.200 movimentos sociais em 27 fóruns estaduais de participação social para integrar as políticas públicas com a participação social e a educação popular em todo o país.

Propostas aprovadas

Eixos	Propostas debatidas	Propostas aprovadas
I - Produção, Comercialização e Consumo Justo e Solidário	44	20
II - Financiamento: Crédito e Finanças Solidárias	33	20
III - Educação, Formação e Assessoramento Técnico	78	20
IV - Ambiente Institucional: Legislação, Gestão e Integração de Políticas Públicas	88	20
Total	243	80

Eixo temático I – Produção, comercialização e consumo justo e solidário

Propostas voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas solidárias, à ampliação de mercados e à promoção de práticas de consumo ético e sustentável.

1. Criar e implementar um **Programa Nacional de Feiras da Economia Popular e Solidária**, com calendário fixo e itinerante em âmbito local, estadual e nacional, articulado com os diferentes entes federativos e organizações da sociedade civil. O programa deve assegurar apoio logístico e estrutural (transporte, hospedagem, alimentação, estrutura física e acondicionamento de produtos), garantir a participação de empreendimentos de todas as regiões, com atenção especial a povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros) e fomentar a realização de feiras descentralizadas, com ao menos uma por estado. As feiras devem ser espaços multiculturais de trocas de saberes, formação, certificação solidária, valorização da diversidade e fortalecimento da identidade da economia solidária.
2. Criar e fortalecer **Centros Públicos de Economia Popular e Solidária** em todo o país, com gestão compartilhada e cofinanciamento das três esferas, como espaços estruturados para formação, produção, comercialização, assistência técnica, assessoria, incubação e prestação de serviços, em espaços que tenham visibilidade e garantam a publicização das iniciativas. Utilizar prédios públicos ou construir novas estruturas para abrigar feiras, lojas solidárias, centrais de comercialização e pontos fixos, atendendo especialmente territórios rurais, periféricos e tradicionais. Promover a valorização da diversidade cultural e garantir apoio técnico, recursos humanos e editais desburocratizados para funcionamento e manutenção desses espaços.
3. Instituir uma **Política Nacional de Compras Públicas da Economia Solidária**, que garanta, de forma articulada entre União, estados e municípios, a aquisição direta de produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários (EES), com percentuais mínimos obrigatórios (10% a 30%), superando o modelo atual e incluindo setores como alimentação, confecção, artesanato, reciclagem, entre outros. A política deve prever suporte logístico, acesso a crédito exclusivo, incentivos fiscais e desburocratização de editais.

4. Criar **editais desburocratizados com previsão de participação de pessoas físicas** e destinar emendas parlamentares específicas para fortalecer e apoiar empreendimentos econômicos solidários cadastrados no Cadsol geridos por mulheres, com destaque para mulheres negras e LGBTQT

5. Criar e implementar um **sistema nacional de certificação e selos oficiais para os produtos e serviços da Economia Popular e Solidária**, com base em princípios do comércio justo, da agroecologia e da valorização cultural. O sistema deve reconhecer a certificação participativa, com controle territorial e apoio a selos sociais, de identidade cultural e geográfica. Deve ainda envolver universidades, órgãos públicos e redes locais na promoção, formação, assessoria e assistência técnica. Garantir fomento para adequação produtiva e sanitária, além de campanhas públicas de valorização da origem, da qualidade e dos saberes associados. A certificação deve favorecer o acesso a mercados, compras públicas, crédito e tecnologias apropriadas, fortalecendo o consumo local, a sustentabilidade e a visibilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

6. **Fomentar as cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis**, oferecendo formação e capacitação aos cooperados, investimento em infraestrutura para a realização dos trabalhos e reconhecimento dos catadores enquanto agentes ambientais.

7. Garantir, em âmbito federal, o lançamento de **chamadas públicas e de editais de fomento específicos para empreendimentos de economia popular e solidária**, com processos desburocratizados e acessíveis. Esses instrumentos devem apoiar ações de produção, comercialização e consumo solidários; capacitação e formação em gestão; qualificação da produção; realização de eventos e intercâmbios; além da concessão de subsídios para aquisição de estruturas físicas, máquinas, equipamentos e tecnologias sociais apropriadas.

8. Criar um **programa de desenvolvimento econômico sustentável** com base na articulação entre a economia solidária e o turismo de base comunitária, promovendo a certificação de produtos tradicionais e assegurando a valorização cultural, a educação ambiental e o enfrentamento ao racismo, com foco nas comunidades indígenas, quilombolas e periféricas e na valorização dos biomas nacionais.

9. Instituir um **programa nacional de implantação e fomento a tecnologias sociais voltadas à sustentabilidade e ao enfrentamento das mudanças climáticas**, incluindo composteiras domésticas, biodigestores, captação e reuso de água (cisternas, calçadão, kits de irrigação por gotejamento) e práticas de agroflorestamento com uso de sementes crioulas e mudas nativas, especialmente em biomas como a Caatinga. O investimento em mecanização e equipamentos apropriados à cultura local objetiva reduzir o esforço físico de trabalhadores da economia solidária, garantindo eficiência produtiva, autonomia e respeito aos saberes dos territórios.

10. Valorizar e apoiar o **artesanato de identidade como expressão cultural e atividade econômica** prioritária, por meio de editais específicos que reconheçam o artesanato como patrimônio cultural imaterial. A iniciativa deve promover sua comercialização em feiras, lojas solidárias e plataformas digitais, fomentar oficinas e feiras culturais, e estimular o mapeamento de saberes tradicionais em territórios periféricos, indígenas, quilombolas e rurais, fortalecendo a geração de renda, a valorização da diversidade

cultural, os vínculos territoriais e a valorização dos biomas nacionais. Os resultados do mapeamento devem ser apresentados em catálogos audiovisuais produzidos pelos próprios grupos da economia solidária.

11. Garantir **aumento das cotas de aquisição de produtos da economia solidária no âmbito do PNAE e do PAA**, assegurando seu cadastro no CAF e sua presença prioritária nas compras institucionais de alimentação escolar e da agricultura familiar, e ampliando os programas para demais cadeias produtivas.

12. Criar **sistema nacional de produção, armazenamento, preservação e distribuição de sementes crioulas, nativas e tradicionais**, fundamentado na agroecologia, na economia solidária e na agricultura familiar. Esse sistema deve articular políticas públicas de estímulo a bancos de sementes e quintais produtivos vinculados a universidades e institutos federais, assegurando o acesso permanente das populações a esses recursos e à valorização dos saberes e elementos culturais locais.

13. Garantir a **inclusão da juventude da Economia Popular e Solidária** — incluindo jovens em início de participação em empreendimentos econômicos solidários — nas políticas públicas de criação e fortalecimento de cestas de comercialização e redes de ECOSOL, assegurando também a divulgação de suas produções em plataformas públicas relevantes, criadas ou apoiadas pelo Governo Federal.

14. **Fortalecer e fomentar redes da Economia Popular e Solidária** com especial atenção à participação de mulheres (com destaque para as negras), apoiando a organização e ação em redes territoriais e nacionais de produção, comercialização, troca e consumo sustentável.

15. Garantir **infraestrutura e logística adequadas para o escoamento, distribuição e comercialização dos produtos da economia popular e solidária**, com atenção especial aos empreendimentos solidários de pequenos produtores e povos de comunidades tradicionais. A partir da cessão e utilização de entrepostos e centros de abastecimento, investimentos em transporte terrestre, fluvial e aéreo e a melhoria de estradas rurais com material adequado, objetiva-se reduzir custos, melhorar a qualidade dos produtos entregues e ampliar o acesso a mercados. Essas ações devem ser implementadas por meio de parcerias entre o poder público e entidades privadas.

16. Estabelecer uma política pública, em âmbito municipal, estadual e federal, que assegure a **contratação prioritária de artistas populares vinculados a coletivos e redes de Economia Solidária e/ou Pontos de Cultura nos eventos e feiras de economia solidária**, com atenção especial às ações afirmativas relacionadas à raça, gênero e outras demandas inclusivas. Os editais devem garantir a aquisição ou locação de equipamentos de som e infraestrutura adequada para suas apresentações, bem como a remuneração justa dos grupos.

17. **Desenvolver plataformas digitais públicas e acessíveis** que conectem consumidores e empreendimentos da Economia Popular e Solidária com funcionalidades voltadas à comercialização de produtos e serviços, à doação e coleta de materiais recicláveis, e à divulgação de informações sobre os EES. Essas plataformas devem ser integradas a campanhas de educação para o consumo responsável, com foco na criação de vínculos entre consumidoras(es) e trabalhadoras(es) solidárias(os), e no fortalecimento de grupos de consumo solidário em territórios urbanos e rurais.

A política deve assegurar também a formação digital e a infraestrutura tecnológica necessária para o uso dessas ferramentas pelos empreendimentos.

18. **Criar um programa integrado de produção e comercialização para os empreendimentos de economia popular e solidária**, alinhado à sua proposta de desenvolvimento territorial. O programa deve adotar técnicas multidisciplinares e específicas para cada segmento produtivo, incluindo planejamento, acompanhamento, avaliação e articulação entre os diversos elos da cadeia. Também é necessário garantir assistência técnica continuada e o acesso a equipamentos adequados às realidades e necessidades de cada tipo de produção.

19. Criar e executar **programas de incentivo à participação da juventude em empreendimentos de economia popular e solidária**, com a oferta de bolsas e apoio à formação. Os programas devem ser orientados pela elaboração e divulgação de um manual de referência sobre economia popular e solidária, como ferramenta de apoio à atuação de jovens e demais envolvidos nos empreendimentos.

20. Criar ou adaptar **centros de distribuição intersetoriais** — como cozinhas comunitárias, armazéns, pontos fixos de venda e coleta, entre outros — em locais de fácil acesso e escoamento comercial, sob gestão compartilhada, para uso de empreendimentos da economia solidária, da saúde mental e do cooperativismo social.

Eixo temático II – Financiamento: crédito e finanças solidárias

Propostas voltadas para ampliar o acesso a instrumentos financeiros adequados às especificidades da economia solidária, incluindo crédito orientado, fundos rotativos e bancos comunitários

1. **Criar o Sistema Nacional de Finanças Solidárias**, com arranjo institucional e marco regulatório próprios, destinado ao fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Esse sistema deve viabilizar o mapeamento dos EES, a criação de um Fundo Nacional específico para seu fomento e capacitação, bem como permitir o uso de fundos garantidores, a oferta de linhas de crédito solidário e o estímulo a mecanismos como fundos rotativos e bancos comunitários, assegurando recursos para sua efetiva operacionalização.

2. **Destinar**, por meio de incidência no PPA e LDO, nas esferas municipal, estadual e federal, no mínimo **0,1% do orçamento público** para a ampliação e contratação de assistência técnica continuada e formação de educadores populares da economia solidária, garantindo a consolidação de uma rede permanente de formação para os atores da economia popular e solidária. **Criar um fundo público** vinculado às três esferas de governo, com aporte de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de outras fontes públicas, destinado ao financiamento dessas ações estruturantes. Aprovar o Projeto de Lei nº 4476/2023, que regulamenta os bancos comunitários e as moedas sociais, reconhecendo-os como instrumentos estratégicos das finanças solidárias para o fortalecimento da economia solidária no país.

3. Criar o **Fundo Rotativo Nacional de Economia Solidária** com acesso simplificado e desburocratizado, voltado ao financiamento de empreendimentos formais e informais da economia popular solidária em todos os estados. O fundo deve assegurar que grupos e redes de diferentes territórios possam ser beneficiados, promovendo inclusão produtiva, autonomia financeira e fortalecimento das economias locais.

4. Criação de **linhas específicas em editais públicos**, em todas as esferas de governo, voltadas ao fomento de Empreendimentos e Redes de economia solidária, com destaque para iniciativas culturais e de finanças solidárias, visando fortalecer saberes e práticas tradicionais, populares e ancestrais em contextos urbanos e rurais. Os editais devem garantir recursos específicos para empreendimentos da cultura vinculados à economia solidária, valorizando dinâmicas territoriais e locais, ao mesmo tempo em que fomentem experiências de finanças solidárias, como fundos rotativos, bancos comunitários e cooperativas de crédito solidário, articulando as políticas da cultura e da economia solidária nos níveis federal, estadual e municipal.

5. Criação de um **Fundo Nacional para a Economia Popular e Solidária com gestão descentralizada e participativa**, destinado ao financiamento e fomento de iniciativas econômicas solidárias locais e sustentáveis, com linhas específicas para juventudes, povos e comunidades tradicionais, cooperativas sociais, saúde mental, catadores e transição ecológica (ex.: energia solar, reciclagem), com recorte de gênero, raça, etnia, intergeracional e território e pessoas LGBTQIAPN+. Este fundo deve garantir taxas de juros reduzidas, desburocratização no acesso, uso de recursos de fundos já existentes (como FAT, BNDES e Fundo de Clima) e destinação de emendas parlamentares para infraestrutura de produção. Propõe-se, ainda, a criação de incentivos para bancos comunitários e empresas parceiras, além da constituição de grupos de mobilização e uma plataforma pública de apoio para ampliar o acesso a políticas como PAA e PNAE e divulgar editais e oportunidades.

6. Criação de uma **política nacional de fomento à Economia Popular e Solidária**, com aporte de recursos públicos a fundo não reembolsável, linhas de crédito com condições facilitadas e editais voltados ao fortalecimento de empreendimentos formais e informais, especialmente cooperativas e associações de catadores, garantindo apoio à formação, produção e comercialização, inclusive por meio de feiras. Essa política deve contar com recursos previstos na Lei Orçamentária Anual, destinar no mínimo 2% do orçamento do BNDES à economia solidária, articular bancos públicos e fintechs com condições especiais de crédito, com reserva específica para a Amazônia, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, e atenção aos recortes de gênero, raça, geração e território, além de incentivar a captação de fundos internacionais voltados ao desenvolvimento sustentável e à justiça econômica.

7. **Desenvolver e promover**, em parceria com universidade e institutos federais, **plataformas digitais baseadas em software livre, gratuitas, acessíveis e seguras**, que facilitem o acesso ao crédito e ao financiamento coletivo para as iniciativas de economia popular solidária em todos os territórios, garantindo transparência, diversidade e a disponibilização de informações sobre direitos, regras, limites e legislações aplicáveis à economia digital.

8. **Implementar o pagamento dos benefícios sociais federais**, como Bolsa Família, Seguro-Defeso, Bolsa Catador, Benefício de Prestação Continuada, entre outros, **em moeda social por meio de bancos comunitários**. Na ausência desses, utilizar bancos municipais devidamente monitorados pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, até que seja estabelecido um banco comunitário na região, garantindo transparência e fortalecimento das economias locais.

9. Criar e aprovar projeto de **lei que destine um percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para a constituição de um Fundo Nacional da Economia Solidária**, com

recursos voltados ao financiamento estruturante de empreendimentos solidários nos meios rural e urbano, de forma que promova a implantação de plataformas estaduais de financiamento coletivo integradas ao fundo e articuladas a linhas de crédito específicas, como o Pronaf, o CredAmigo e o Programa de Desenvolvimento Territorial - PRODETER/BNB, assegurando também a destinação de recursos públicos para programas nacionais como o TerraSol e o TerraForte.

10. **Criação e destinação de fundos públicos e comunitários** — em âmbito nacional, estadual e municipal — compostos por recursos provenientes de multas, apreensões, infrações e compensações ambientais, voltados ao fortalecimento e fomento de empreendimentos da economia popular e solidária. Esses fundos devem incluir a constituição de fundos rotativos solidários autogeridos pelos próprios empreendimentos, com mecanismos de financiamento coletivo e gestão democrática.

11. Criar e implementar o **Sistema Nacional de Finanças Solidárias**, integrando e fortalecendo instrumentos como bancos comunitários, cooperativas de crédito, fundos rotativos e moedas sociais. O sistema deve contar com financiamento interministerial, reconhecendo a economia solidária como uma política pública transversal, com impacto em diversas áreas sociais e econômicas.

12. Implementar, por meio de bancos públicos como BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, **linhas de crédito específicas para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) cadastrados no CADSOL**, com acesso facilitado, juros diferenciados e condições adaptadas às suas realidades, nos moldes do PRONAF, visando promover a inclusão financeira, a estruturação produtiva e a sustentabilidade dos grupos da economia popular solidária.

13. Criar o **Regime Nacional Simplificado de Contribuição – SimplesCoop** – um regime tributário e previdenciário especial destinado a pequenos empreendimentos solidários e cooperativas, visando facilitar sua regularização, reduzir custos e garantir proteção social.

14. Criar **linhas e sistemas de financiamento específicos no BNDES e em outros bancos públicos** voltados às iniciativas de economia solidária, agroecologia, finanças solidárias e aos empreendimentos de comunidades tradicionais e quilombolas com foco em investimentos que promovam o aperfeiçoamento tecnológico, a redução da penosidade do trabalho, o fortalecimento das experiências territoriais e a construção de logísticas solidárias para a produção e comercialização.

15. Criação de uma **política pública nacional de fomento às finanças solidárias**, voltada à criação e fortalecimento de bancos comunitários, cooperativas de crédito, fundos rotativos e bancos populares, assim como do Fundo Nacional de Economia Solidária e apoio do BNDES. A política deve garantir linhas de crédito específicas, apoio à estrutura organizacional e criação e valorização de agentes de crédito solidário, além de fortalecer a rede nacional de finanças solidárias e suas parcerias, promovendo a autogestão e a inclusão produtiva nos territórios.

16. **Fortalecer os fundos solidários existentes e incentivar a criação de novos**, promovendo redes de fundos rotativos solidários, ecobancos, bancos comunitários, bancos de horas, clubes de trocas e outras experiências em finanças solidárias. Estimular a criação e circulação de moedas sociais como instrumentos de fortalecimento das economias locais e da autogestão comunitária.

17. Fortalecer a **integração territorial entre bancos comunitários, cooperativas de crédito e fundos rotativos solidários**, articulando-os com outras iniciativas locais para a constituição de carteiras de poupança e crédito solidário; fomentar, por meio de bancos públicos, orçamentos e editais acessíveis com linhas de crédito específicas e subsidiadas para a economia solidária, incluindo apoio à aquisição de veículos e ao investimento na criação e manutenção de equipamentos e instituições das finanças solidárias, como Casas e Bancos de Sementes Comunitários.

18. **Criar moedas sociais no âmbito dos órgãos públicos municipais**, com mecanismos de controle social e participação popular, contemplando servidores ativos, inativos e pensionistas. As moedas devem incentivar o consumo de produtos oriundos da Agricultura Familiar e da economia popular solidária, abrangendo todos os seus setores e fortalecendo as economias locais.

19. **Criar fundos públicos e comunitários específicos para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de Cultura**, com acesso facilitado especialmente para mulheres, juventudes negras e pessoas LGBTQIAPN+. Implementar linhas de microcrédito com juros baixos, gestão coletiva e capacitação financeira, fortalecendo a autonomia dos empreendimentos. Incentivar o desenvolvimento de bancos comunitários e moedas sociais como soluções territoriais sustentáveis. Potencializar essas iniciativas por meio do fomento direcionado à formulação e criação de moedas sociais, incluindo a destinação de parte dos recursos dos editais de cultura para pagamento em moedas sociais, onde houver essa infraestrutura financeira local.

20. Promover a **criação e a ampliação de sistemas de crédito popular e solidário**, desvinculados do sistema financeiro tradicional, voltados aos empreendimentos da economia solidária por meio de fundos de crédito rotativo, bancos comunitários, cooperativas de crédito e demais instrumentos das finanças solidárias, garantindo controle social, gestão coletiva e territorializada; assegurar a formulação e implementação de linhas de crédito desburocratizadas, com recursos subsidiados, carência ampla e bonificação; e desburocratizar o acesso à informação e aos processos junto às instituições financeiras públicas e comunitárias.

Eixo temático III – Educação, formação e assessoramento técnico

Ações que visam à qualificação dos empreendimentos solidários por meio da educação popular, da formação continuada e do assessoramento técnico especializado.

1. Criar e fortalecer um modelo **programa nacional de incubação para empreendimentos econômicos solidários e socioambientais**, por meio da ampliação de editais públicos amplos, interdisciplinares e territorializados, com fomento técnico e financeiro para ONGs, movimentos sociais, cooperativas e incubadoras. Retomar, manter e expandir o PRONINC e outros programas como PROEXT e CNPq, estabelecendo convênios com universidades, institutos federais, órgãos públicos e entidades de apoio, promovendo assessoria técnica, formação e apoio científico de base comunitária e popular, alinhado às realidades dos territórios.

2. **Expandir o Programa Nacional Paul Singer de Formação em Economia Solidária** com foco na capacitação de agentes territoriais que atuem como multiplicadores em suas comunidades, utilizando metodologias e linguagens adequadas às realidades

locais, fortalecendo os saberes populares e promovendo a construção de redes de formação nos territórios.

3. Instituir **editais e fundos públicos de financiamento voltados à formação técnica, assessoramento e capacitação de Empreendimentos Econômicos Solidários, cooperativas e iniciativas populares**, apoiando a criação e o fortalecimento de incubadoras tecnológicas, redes de articuladores e centros de formação em instituições de ensino, com base em metodologias participativas, educação popular e políticas públicas como PRONINC, PROEXT e Manuel Querino.

4. Implantar um **programa nacional de formação em economia solidária** com foco em educação financeira, comercialização, precificação, marketing, gestão cooperativa e empreendedorismo social, voltado para jovens, lideranças de cooperativas e demais sujeitos da Ecosol. O programa deve ser implementado em parceria com instituições de ensino superior, organizações sociais, secretarias de trabalho e demais órgãos públicos, promovendo capacitação sobre instrumentos de finanças solidárias — como fundos rotativos, bancos comunitários e moedas sociais — e acesso a políticas públicas e mecanismos de financiamento nos diferentes níveis de governo.

5. **Apoiar e fomentar programas e projetos de pesquisa** que abordem as interconexões entre cultura, economia solidária e as diversas realidades socioambientais, políticas e econômicas, analisando seus impactos na vida de indivíduos, nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da cultura e na sociedade. Considerar, de forma interseccional, os reflexos dessas dinâmicas na vida de mulheres, jovens, populações negras, LGBTQIAPN+, periféricas e comunidades tradicionais, bem como a relação entre inclusão social e economia solidária.

6. Retomar e fortalecer a política pública nacional de formação em economia popular e solidária, por meio da **reativação dos Centros de Formação (CEFES/CFES) e da Rede de Educadores Populares**. Implementar programas permanentes de formação técnica e política em gestão, finanças solidárias, compras públicas e economia criativa, com foco em juventudes, mulheres e inclusão. Garantir formação continuada com metodologias participativas, pedagogia da autogestão e uso de plataformas digitais, sem renunciar a atividades presenciais e do trabalho de base nos territórios.

7. **Fortalecer os Fóruns Estaduais, Municipais e Comunitários de Economia Popular e Solidária (EPS)** por meio de parcerias com o poder público, promovendo atividades de formação, organização produtiva e geração de trabalho e renda voltadas às juventudes dos campos, das águas, das florestas e das cidades.

8. Garantir **formação qualificada e assessoramento técnico** a produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, ribeirinhos, artesãos, catadores, cooperativas, juventudes e demais sujeitos da economia solidária, com foco em áreas como gestão, produção, comercialização, agroextrativismo, marketing e acesso ao crédito, respeitando as especificidades territoriais e culturais. Fomentar incubadoras sociais e iniciativas que integrem a economia solidária e circular com apoio técnico-científico e financiamento. Consolidar uma política de Estado de formação continuada em economia solidária, priorizando grupos historicamente vulnerabilizados, por meio de redes de educadores populares, instituições educacionais e plataformas digitais de conhecimento.

9. Propor a **inclusão da Economia Popular e Solidária como eixo transversal nas Diretrizes Curriculares Nacionais**, incorporando seus princípios nos currículos da educação básica, profissional e superior, tanto em áreas urbanas quanto rurais. A ação deve ser articulada com o MEC e envolver parcerias com instituições de ensino, movimentos sociais e entidades de fomento, visando estimular a cultura da cooperação, sustentabilidade e empreendedorismo solidário, além de incentivar a produção de materiais didáticos e a inserção da temática na Lei de Diretrizes Básicas - LDB.

10. Garantir **financiamento público para a formação em educação popular e economia solidária**, com assessoramento técnico continuado a associações, cooperativas e empreendimentos solidários, por meio de estruturas como Centros Públicos e equipes interdisciplinares vinculadas a instituições de ensino superior, escolas famílias agrícolas, entidades de ATER, incubadoras e organizações da sociedade civil, em parceria com movimentos sociais, povos de terreiro, comunidades quilombolas, indígenas e PCTs; instituir programas de formação continuada para educadores(as) populares, professores(as) das redes de ensino e educadores(as) das comunidades tradicionais.

11. Criar uma **Escola Nacional de Economia Solidária e Feminista** que ofereça formação contínua, assessoramento técnico e auxílio financeiro para mulheres vulneráveis e populações prioritárias. Desenvolver programas e materiais formativos que valorizem saberes locais e regionais, promovendo a autogestão e o fortalecimento sustentável dos empreendimentos solidários em todo o país.

12. Implementar, de forma articulada entre os três níveis de governo, uma **política pública de acompanhamento e assessoria técnica permanente para iniciativas de finanças solidárias**, garantindo o acesso qualificado a linhas de crédito, o fortalecimento de bancos comunitários e a valorização de moedas sociais como instrumentos de desenvolvimento local e inclusão socioeconômica.

13. Criar e implementar um **programa nacional de educação popular e assessoria técnica permanente com enfoque em economias solidária, autogestão, comunicação, tecnologia social e desenvolvimento de produtos e serviços culturais**. O programa deverá ser desenvolvido em parceria com universidades, incubadoras do Proninc, Pontos de Cultura, movimentos sociais e instituições comunitárias, com recorte de raça, gênero e diversidade. Prevê-se uma linha específica de assessoramento técnico para a qualificação da produção dos EES, valorizando saberes territoriais e acadêmicos, fortalecendo os empreendimentos existentes e fomentando novos.

14. Fortalecer e expandir os **Centros Públicos de Referência em Economia Popular e Solidária** nos níveis municipal, estadual e federal, garantindo estrutura e articulação para a oferta contínua de formação, mobilizando espaços existentes e promovendo ações formativas nos territórios.

15. Oferecer **acesso à educação e formação em tecnologias e plataformas digitais** por meio de ciclos formativos, residências e ações de letramento digital que integrem os princípios da autogestão, do cooperativismo e da economia solidária, com foco na justiça territorial, cuidado coletivo e governança democrática, valorizando os saberes dos territórios populares e utilizando uma linguagem acessível e popular para facilitar a apropriação dos conceitos e práticas pelas comunidades.

16. Garantir **financiamento intersetorial** dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Emprego e da Fundacentro **para processos formativos e de capacitação técnica em economia solidária e geração de renda, voltados a trabalhadoras(es), usuárias(os) e familiares da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS**, bem como ao público infantojuvenil, promovendo ações educativas dentro e fora dos serviços (especialmente nas escolas) sobre saúde mental, luta antimanicomial e economia solidária, com respeito às especificidades territoriais e valorização dos saberes multiculturais, como forma de enfrentamento ao preconceito e à violência.

17. Criar um **programa nacional de capacitação em Economia Popular e Solidária para catadores, produtores e agentes**, focado em logística reversa, práticas sustentáveis, gestão de resíduos e mercado de créditos de carbono, especialmente em áreas rurais e periféricas, promovendo sustentabilidade ambiental e geração de renda.

18. Criar uma **rede nacional de assessoria técnica gratuita e continuada para os Empreendimentos de Economia Solidária**, com suporte jurídico, administrativo e de inovação, articulada a processos formativos baseados na educação popular. A iniciativa deve assegurar o acesso da juventude, das mulheres e dos diversos sujeitos da ECOSOL às formações, redes e informações, promovendo o enraizamento socioterritorial e o fortalecimento da economia solidária e feminista nos territórios.

19. **Elaborar diagnóstico nacional e territorial da produção da Economia Popular e Solidária**, considerando os diferentes segmentos econômicos (agroecologia, extrativismo, eco mercado, artesanato, alimentos, materiais recicláveis, pesca e prestação de serviços), bem como as diversidades regionais. O diagnóstico deve subsidiar o fortalecimento de redes de produção, empreendimentos, serviços e agências de tecnologia social, e orientar a formulação de um programa nacional de capacitação voltado ao acesso ao crédito e financiamento solidário.

20. Promover a **incubação de Bancos Comunitários e o desenvolvimento de Fundos Rotativos Solidários voltados a negócios sustentáveis das juventudes do campo, das águas, das florestas e das cidades**, com formação em finanças solidárias, acesso a capital de giro e assessoria técnica especializada. Garantir estudos de viabilidade econômica, educação financeira, planejamento específico para os EES e certificação, em articulação com Instituições de Ensino e Pesquisa para fortalecer parcerias na produção de conhecimento e no desenvolvimento de tecnologias adequadas às especificidades das finanças solidárias.

Eixo temático IV – Ambiente institucional: legislação, gestão e integração das políticas públicas

Propostas que buscam consolidar marcos legais, fortalecer instâncias de participação social e garantir a transversalidade da economia solidária nas políticas públicas.

1. Criar o Ministério da Economia Popular e Solidária.

2. Criar e ampliar Centros Públicos de Economia Solidária nos municípios e territórios, com estrutura física adequada e equipe técnica multidisciplinar, voltados ao fortalecimento de empreendimentos e redes de economia solidária. Esses centros

devem ser autossustentáveis, com funcionamento garantido por meio de uma legislação nacional que assegure financiamento contínuo e compartilhado entre as três esferas de governo, promovendo a institucionalização e a permanência dessa política pública nos territórios.

3. Criar uma **política pública federal que articule a economia solidária às políticas de saúde mental e às ações voltadas a populações específicas**, conforme diretrizes do SUS, incluindo pessoas com deficiência (PCDs), pessoas idosas e juventudes, contemplando iniciativas como a criação e implantação do Programa “Ponto de Economia Solidária, Comércio Justo, Cooperativismo Social e Cultura”; a implantação de um observatório nacional de potencialidades e territórios; a promoção da reforma psiquiátrica, com apoio a serviços de saúde mental fundamentados nos princípios da economia solidária; e o desenvolvimento de programas de inclusão produtiva solidária voltados a esses públicos, com foco na geração de trabalho digno, emancipação social e fortalecimento de redes comunitárias.

4. **Fortalecer institucional e orçamentariamente a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES)**, por meio da ampliação de sua dotação orçamentária, estrutura técnico-administrativa e capacidade de execução, assegurando, no planejamento orçamentário (LOA, PPA e LDO), recursos contínuos e suficientes para o desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária, incluindo fomento, crédito, finanças solidárias, comercialização, produção e consumo, educação popular, formação, assessoria técnica e comunicação.

5. **Integrar a economia popular solidária às políticas de enfrentamento das mudanças climáticas**, reconhecendo seu papel estratégico na promoção da justiça ambiental, na geração de trabalho digno e na sustentabilidade dos territórios. Isso envolve o fortalecimento do cooperativismo e associativismo solidário, especialmente nas atividades de coleta seletiva, reciclagem, compostagem e reutilização de materiais, com atenção às condições de trabalho dos catadores e catadoras. Prevê-se a criação de fundos públicos com recursos da logística reversa e créditos de carbono, implantação de infraestrutura adequada, campanhas socioeducativas, formação técnica, marco legal para remuneração justa, além de políticas de adaptação e mitigação climática, com apoio técnico e financeiro aos empreendimentos solidários.

6. Promover a **difusão da economia solidária e seus princípios por meio de comunicação popular e campanhas educativas em múltiplos meios**, incluindo rádios comunitárias, portais digitais e mídias nacionais, com formação de comunicadores para fortalecer a produção e disseminação de conteúdos; desenvolver campanhas informativas sobre os benefícios sociais, econômicos e ambientais do consumo responsável, incentivando a ampliação das compras públicas; e realizar ações de conscientização sobre práticas agroecológicas que incluam os empreendimentos populares e solidários, articulando essas iniciativas com esferas governamentais para ampliar o impacto das políticas públicas e fortalecer o desenvolvimento sustentável e solidário.

7. **Contribuir para o processo de demarcação, homologação e titulação dos territórios indígenas e quilombolas**, assegurando o direito dessas comunidades ao acesso, permanência e controle sobre seus territórios e recursos naturais — como florestas, fauna, flora, água e minerais. Esse reconhecimento é fundamental para fortalecer a economia solidária como eixo estruturante das atividades produtivas

dessas comunidades, promovendo práticas sustentáveis como o extrativismo, a agricultura familiar e o artesanato solidário. Dessa forma, reforça-se a autonomia econômica, o desenvolvimento territorial inclusivo e a valorização das identidades e saberes tradicionais, assegurando a justiça socioambiental e a sustentabilidade das populações tradicionais.

8. Elaborar e implementar uma **legislação federal específica para a Economia Solidária**, que estabeleça tratamento tributário e previdenciário diferenciado, reconhecendo as singularidades de cooperativas, associações e grupos informais, com vistas à justiça fiscal, inclusão produtiva e proteção social. A proposta deve prever modelos simplificados de contribuição, inspirados no MEI, com alíquota reduzida para o INSS (como 11%), garantindo acesso à aposentadoria e previdência digna, e contemplar recortes de gênero, raça e geração. O processo deve ocorrer com participação ativa das instâncias da economia solidária e vincular-se a políticas públicas de fomento e aquisição pública com preços diferenciados.

9. Elaborar e aprovar um **marco legal que assegure tratamento tributário, fiscal, sanitário, previdenciário e jurídico diferenciado para os Empreendimentos Econômicos Solidários e da Agricultura Familiar**, considerando suas especificidades organizativas e territoriais. A proposta inclui a redução de impostos sobre produtos e serviços da Ecosol, a desburocratização das exigências legais, e a criação de incentivos fiscais para empresas e pessoas físicas que consumam produtos desses empreendimentos.

10. Fortalecer a **gestão social do Cadsol** por meio da criação de selos de certificação para os produtos da Economia Solidária, como estratégia de valorização e acesso a políticas públicas. Garantir previdência para produtores culturais e trabalhadores da economia solidária, viabilizando também o acesso a crédito, microcrédito e incentivos fiscais. Fomentar a produção e o escoamento de produtos da agricultura familiar, agroecológica, urbana e periurbana, incluindo itens artesanais e ligados à saúde mental, promovendo a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos.

11. Instituir **mecanismos permanentes de ingresso e contratação de profissionais para atuação na política de economia popular solidária**, por meio da realização de concurso público para cargos de nível médio e superior voltados à Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) e à Assessoria Técnica em economia solidária (ATES), bem como da seleção de prestadores de serviço com base em critérios que valorizem a experiência prática e a formação específica em economia solidária.

12. Incluir a **economia solidária na agenda de desenvolvimento sustentável e nas políticas federais de meio ambiente**, promovendo práticas sustentáveis nos empreendimentos econômicos solidários (EES). Fortalecer a transição agroecológica e o cultivo de agroflorestas por meio de assistência técnica, pesquisa e fomento a redes solidárias entre agricultores familiares e agroecológicos, com foco no beneficiamento e comercialização local. Desenvolver políticas para a guarda, conservação e reprodução de sementes florestais, crioulas e orgânicas, além de estimular cadeias produtivas voltadas à restauração ambiental e à conservação da sociobiodiversidade.

13. Garantir **remuneração justa e adequada aos catadores/as de resíduos sólidos, agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais, pescadores, artesãos**

e demais trabalhadores envolvidos em atividades de preservação ambiental, assegurando sua permanência no trabalho, valorização social e segurança econômica, em consonância com os princípios da Política Nacional de Economia Solidária.

14. Criar e regulamentar o **Fundo Nacional da Economia Solidária**, assegurando sua inclusão no planejamento orçamentário e a destinação de recursos públicos e privados para o fomento de políticas do setor, com recorte de gênero, raça e geração, e participação das instâncias da economia solidária em sua gestão.

15. Criar um **Programa Nacional Integrado de Economia Solidária**, com articulação interministerial e atuação transversal nas áreas de cultura, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, juventudes, mulheres, direitos humanos e meio ambiente, promovendo a institucionalização da economia solidária como política pública nas três esferas de governo. O programa deve integrar políticas existentes, fomentar a inclusão da temática nos sistemas de ensino e na formação técnica e superior, fortalecer a organização dos empreendimentos solidários, e incentivar a participação da sociedade civil, promovendo a autonomia econômica, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

16. Implementar uma **gestão integrada de resíduos sólidos**, com fortalecimento das associações e cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis, compostagem e coleta seletiva, por meio de um programa nacional de contratação pública dos seus serviços, envolvendo as três esferas de governo (municipal, estadual e federal). Integrar essa ação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), redirecionando os incentivos atualmente destinados aos grandes geradores para os empreendimentos da economia popular solidária. Criar fundos nacional e estaduais com recursos da logística reversa e dos créditos de carbono, voltados ao fortalecimento da economia popular solidária como estratégia de enfrentamento das mudanças climáticas, incluindo iniciativas como o artesanato com materiais recicláveis, campanhas socioeducativas e ações de educação ambiental nos territórios.

17. Reconhecer a **Economia Solidária, a agroecologia e o turismo de base comunitária como estratégias integradas de desenvolvimento territorial sustentável, segurança alimentar e proteção das Áreas de Proteção Ambiental (APAs)**. A proposta inclui a inclusão da economia solidária como segmento estratégico no turismo do Estado, com foco na diversidade cultural e ambiental dos territórios, por meio de ações de formação, divulgação e apoio técnico às associações, movimentos sociais e comunidades locais.

18. Criar uma **lei que estabeleça um edital anual para o fomento e financiamento da economia solidária**, inspirado na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. A iniciativa deve garantir um processo desburocratizado, priorizando instrumentos de finanças solidárias para fortalecer e ampliar a atuação territorial desse segmento.

19. **Fortalecer a articulação entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Ministério da Cultura (MINC) para promover a integração da Política Nacional de Cultura Viva com o Sistema Nacional de Economia Solidária**. Reconhecer e institucionalizar Pontos de Cultura e Empreendimentos de Economia Solidária como espaços de trabalho colaborativo, geração de renda, cidadania cultural e desenvolvimento territorial. Estimular a criação de marcos legais estaduais e municipais que integrem essas políticas, assegurando participação social e inclusão de gênero, raça, geração e grupos prioritários.

20. Elaborar um **Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas e Promoção da Educação Ambiental direcionado aos empreendimentos de economia solidária**, incluindo a criação de um fundo nacional de seguro para cobrir desastres naturais e acidentes de trabalho nessas iniciativas. Estabelecer metas de redução de emissão de carbono e uso de plástico para os EES, vinculadas à concessão de selo de sustentabilidade solidária pela SENAES.

Diretrizes aprovadas

As diretrizes aprovadas para a Política Nacional de Economia Popular Solidária reafirmam o compromisso com um modelo de desenvolvimento que valoriza a diversidade dos territórios, a justiça social e a sustentabilidade. Entre elas, destacam-se ações voltadas à:

- **Soberania digital:** Desenvolver programas que preparem os sujeitos da economia solidária para a transição digital, com foco em tecnologias sociais, moedas sociais digitais, plataformas cooperativas e inclusão de coletivos digitais e de comunicação popular;
- **Comunicação popular:** Fortalecer os meios comunitários de comunicação, como rádio e televisão, com frequência aberta, gerenciados por movimentos sociais, garantindo acesso à informação, visibilidade das lutas populares e democratização da mídia;
- **Turismo de base comunitária:** Promover políticas que valorizem as identidades territoriais, os saberes locais e as práticas sustentáveis, fortalecendo o protagonismo das comunidades em iniciativas turísticas autogeridas;
- **Transversalidade das políticas afirmativas:** Integrar as dimensões de gênero, raça, geração, orientação sexual e demais marcadores sociais da diferença em todas as políticas públicas voltadas à economia solidária, garantindo equidade e justiça social;
- **Governança institucional:** Criar um ministério específico para a economia popular e solidária ou assegurar a transversalidade da pauta em todos os ministérios, com programas e ações articuladas e orçamento dedicado;
- **Valorização dos biomas e saberes tradicionais:** Fomentar ações sustentáveis baseadas em tecnologias sociais, saberes ancestrais e práticas comunitárias, respeitando os territórios e promovendo o desenvolvimento socioambiental;
- **Etnodesenvolvimento:** Elaborar planos específicos para povos quilombolas, indígenas e de matriz africana, com atuação de agentes de etnodesenvolvimento reconhecidos e respeito as suas cosmovisões, culturas e direitos territoriais;
- **Financiamento:** Garantir recursos adequados à economia solidária por meio da revisão de marcos fiscais restritivos, como o Arcabouço Fiscal e o Teto de Gastos, assegurando autonomia, trabalho digno e justiça econômica;
- **Prevenção à violência jovem:** Implementar políticas de geração de trabalho e renda voltadas à juventude, como estratégia de inclusão social, prevenção à violência e fortalecimento da cidadania;

- **Consumo responsável:** Desenvolver políticas públicas que combatam o consumismo e a cultura do descarte, promovam a alimentação saudável e fortaleçam iniciativas econômicas locais e sustentáveis;
- **Autogestão e trabalho associado:** Valorizar o trabalho coletivo e a autogestão como princípios estruturantes dos empreendimentos solidários, com protagonismo dos trabalhadores na tomada de decisões e na gestão dos processos produtivos;
- **Sustentabilidade:** Promover práticas produtivas que respeitem o meio ambiente, os territórios e a diversidade sociocultural, integrando a dimensão ecológica ao desenvolvimento solidário;
- **Educação e formação:** Investir em processos contínuos de formação cidadã, técnica e política, como base para o fortalecimento das redes solidárias, da autogestão e da construção de alternativas ao modelo dominante;
- **Reconhecimento legal e político:** Regular formalmente os sujeitos da economia solidária, garantindo acesso a políticas públicas específicas, direitos sociais e reconhecimento institucional.

Conclusões e desdobramentos

A 4ª CONAES evidenciou desafios estruturais que limitam a consolidação da economia popular e solidária como política pública efetiva. Entre eles, destacam-se:

- Fragilidade dos marcos legais, o que impede o reconhecimento institucional e jurídico das práticas e organizações da economia popular e solidária;
- Ausência de financiamento permanente e apoio técnico continuado, o que dificulta a sustentabilidade e o fortalecimento dos empreendimentos;
- Baixa integração interinstitucional, que compromete a articulação entre políticas públicas e impede respostas coordenadas às demandas dos territórios;
- Invisibilidade de segmentos específicos como mulheres, juventudes, comunidades tradicionais e povos das águas, cuja participação ainda carece de reconhecimento e centralidade nas políticas;
- Dificuldades de acesso a compras públicas e à infraestrutura básica, que limitam a inserção dos empreendimentos nos circuitos econômicos locais e institucionais;
- Lacunas nas políticas públicas voltadas a grupos historicamente marginalizados, que reforça desigualdades e compromete a universalização do acesso à economia popular e solidária.

Apesar desses entraves, a conferência também revelou um conjunto expressivo de potencialidades:

- Forte capacidade organizativa nos territórios, com experiências consolidadas de autogestão e resistência em contextos adversos;
- Articulação crescente entre redes, cooperativas e associações, favorecendo o intercâmbio de saberes, a circulação de produtos e a construção de agendas comuns;
- Adoção de tecnologias sociais, práticas agroecológicas e formas solidárias de produção, que reafirmam a economia popular e solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável, inclusivo e territorialmente enraizado.

Conferências temáticas, redes de apoio, sistemas participativos de governança, experiências de compras públicas solidárias e centros de referência indicam avanços institucionais e consolidam a economia popular e solidária como política pública transversal e estruturante para o desenvolvimento com justiça social, economia do cuidado e democracia econômica. No contexto de realização da 4ª CONAES, destaca-se a aprovação da Lei Paul Singer (Lei nº 15.068/2024), sancionada em dezembro de 2024, a qual dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária.

A nova legislação cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES) e altera a Lei nº 10.406 (Código Civil). Aprovada após anos de mobilização, a Lei reconhece a economia popular e solidária como uma função econômica legítima e estabelece diretrizes para políticas públicas estruturadas voltadas ao seu fomento. **A regulamentação da Lei segue sendo uma prioridade na agenda da Política Pública de Economia Popular e Solidária.** Ainda, a 4ª CONAES consolidou um conjunto de compromissos e diretrizes estratégicas que reafirmam a economia popular e solidária como política pública estruturante para o desenvolvimento justo, inclusivo e sustentável do país. Os encaminhamentos finais refletem o compromisso coletivo com a continuidade do processo de construção democrática e participativa da política nacional.

Agenda estratégica de fortalecimento

A agenda estratégica para o fortalecimento da economia popular e solidária aponta caminhos concretos para ampliar o impacto e a sustentabilidade das práticas solidárias no país:

Ampliação das Compras Públicas

Promover a inclusão de produtos e serviços oriundos de empreendimentos da economia solidária nas políticas de compras governamentais, fortalecendo mercados locais, cadeias produtivas sustentáveis e a geração de renda coletiva.

Inserção em Fóruns Internacionais

Garantir a participação ativa da economia solidária em espaços multilaterais, como a COP 30, para debater dimensões globais do cuidado, da sustentabilidade e da justiça socioambiental, ampliando sua visibilidade e articulação internacional.

Transição Energética Justa

Fomentar iniciativas de cooperativas e empreendimentos solidários que atuam com resíduos sólidos e energias renováveis, promovendo inclusão produtiva, justiça ambiental e inovação tecnológica com base em princípios solidários.

Valorização da Diversidade Cultural e do Protagonismo Feminino

Reconhecer e fortalecer o papel das mulheres e das expressões culturais dos territórios como agentes centrais na construção de alternativas econômicas, sociais e políticas, com enfoque na equidade e na transformação social.

Sistematização de Experiências e Produção de Conhecimento

Investir na documentação, análise e difusão de práticas, saberes e tecnologias sociais da economia solidária, por meio da produção de materiais educativos e técnicos que subsidiem a formação, a incidência política e a replicabilidade de experiências.

A economia solidária não é apenas uma alternativa econômica, mas uma proposta de sociedade. Ao colocar as pessoas no centro das decisões, promove um modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e justo. É hora de transformar sonhos em políticas públicas, garantindo dignidade, renda, direitos e futuro para todas e todos.

Encaminhamentos

1. Sistematização técnica das propostas aprovadas nos 4 eixos temáticos da política nacional;
2. Elaboração do 2º Plano Nacional com participação ativa dos sujeitos da política;
3. Criação de mecanismos de monitoramento e de avaliação participativa;
4. Incidência política para aprovação de marcos legais e orçamentários, como o Fundo Nacional da Economia Solidária e a regulamentação das moedas sociais.

Recomendações às instituições e participantes

- Manter a mobilização nos territórios, fortalecendo fóruns, redes e espaços de participação social;
- Promover ações de formação, comunicação popular e incidência política;
- Garantir a transversalidade da Economia Solidária nas políticas públicas de diferentes áreas;
- Atuar pela institucionalização da política, com estrutura governamental própria e orçamento contínuo.

Anexos

Anexo A – Programação da 4ª CONAES

13 DE AGOSTO DE 2025

Ato Político e Abertura Oficial da 4ª CONAES - Palácio do Governo

Décio Lima – Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Fátima Torres- Presidente da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar (UNICAFES)

Gilberto Carvalho – Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE)

Kleyton Guimarães – Presidente da Fundação Banco do Brasil (BBF)

Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Marinho – Ministro do Trabalho e Emprego (MTE)

Márcio Macedo – Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR)

Maurício Costa – Presidente da Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia (UNIFORJA)

Paulo Câmara – Presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Tatiana Valente – Representante do Fórum Nacional de Economia Popular e Solidária (FBES)

14 DE AGOSTO DE 2025

Mística de Abertura e Síntese das Conjunturas Regionais

Apresentação de resumo das conjunturas por região

Plenária de Conjuntura: Caminhos e perspectivas para a Economia Solidária frente a conjuntura e aos desafios atuais do mundo do trabalho

Convidados – Fala de cada delegação de região

Gilberto Carvalho – Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE)

Jose Ignacio – Complexo Cooperativo Mondragon

Marcio Pochmann – Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Nelsa Nespolo – Comissão Organizadora Nacional da 4ª CONAES

Raphael Libânio de Menezes Dias – Gerente setorial de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Homenagem à Dulcineia, pela vida e economia solidária

Regimento Interno

Fernando Zamban – Diretor do Departamento de Parcerias e Fomento da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (DPAF/SENAES/MTE)

Gisleide Carneiro – Coordenadora do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

Miniplenária 1: Diretrizes e prioridades para o 2º Plano Nacional de Economia Solidária

Ananias Viana – Câmara de Turismo da Baía de Todos os Santos (CTBTS)

Convidados ou Comissão Organizadora – Apresentação das novidades, prioridades e possíveis diretrizes para o Plano, com base no discutido nos estados e nas Conferências Temáticas e Livres

Helena Bonumá – Coordenadora da Rede Nacional de Economia Solidária e Feminista (RESF)

Joaquim Melo – Fundador da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC)

Roberto Marinho – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Moderação: Tatiane Valente – Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Conselho Nacional de Economia Solidária (FBES/CNES)

Miniplenária 2: Públicos e sujeitos da política pública

Alzira Medeiros – Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Conselho Nacional de Economia Solidária (FBES/CNES)

Ana Caroline – Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)

Cirene Cândido - Instituto Diversa

Fausto Augusto – Presidente do Conselho do Serviço Social da Indústria (SESI)

Moderação: Arildo Mota – Presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol/CNES)

Orientações e início das atividades em sala, segundo eixos temáticos

Comissão organizadora – 4ª CONAES

Fernando Zamban - Diretor do Departamento de Parcerias e Fomento da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (DPAF/SENAES/MTE)

Instalação e início dos trabalhos em grupos

Equipe de metodologia

15 DE AGOSTO DE 2025

Retomada das atividades em grupos

Equipe de metodologia

Plenárias de síntese dos eixos

Alfredo Jairo dos Santos – Representante da Rede Gestora de Políticas de Fomento à Economia Solidária

Fernando Zamban - Diretor do Departamento de Parcerias e Fomento da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (DPAF/SENAES/MTE)

Francisco José de Lima – Assessor da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE)

Gisleide Carneiro – Coordenadora do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

Iracema Ferreira – Assessora da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE)

Lidiane Freire – Coordenadora do Departamento de Parcerias e Fomento da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (DPAF/SENAES/MTE)

Tatiana Valente – Representante do Fórum Nacional de Economia Popular e Solidária (FBES)

16 DE AGOSTO DE 2025

Plenária final: Reflexões e perspectivas da 4ª CONAES

Apresentação e validação das propostas dos eixos e das sínteses das miniplenárias temáticas

Apresentação e aprovação das moções

Ladislav Dowbor – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Gilberto Carvalho – Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE)

Comissão organizadora – 4ª CONAES

Encerramento oficial

Gilberto Carvalho – Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE)

Anexo B – Conferências Estaduais

Região	Estado	Nº. de participantes	Data de realização
Norte	Acre	50	18 de nov. de 2024
	Amazonas	120	17 e 18 de dez. de 2024
	Amapá	105	30 e 31 de maio de 2025
	Pará	80	22 e 23 de maio de 2025
	Rondônia	100	22 e 23 de maio de 2025
	Roraima	128	22 e 23 de maio de 2025
	Tocantins	80	24 e 25 de maio de 2025
Nordeste	Alagoas	130	20 e 21 de maio de 2025
	Bahia	622	21 e 22 de nov. de 2024
	Ceará	80	19 e 20 de maio de 2025
	Maranhão	120	28 e 29 de maio de 2025
	Paraíba	90	18 a 20 de março de 2025
	Pernambuco	143	04 de dez. de 2024
	Piauí	80	15 e 16 de maio de 2025
	Rio Grande do Norte	132	12 e 13 de nov. de 2024
	Sergipe	155	07 e 08 de abril de 2025
Centro-Oeste	Distrito Federal	150	15 a 17 de maio de 2025
	Goiás	200	13 e 14 de maio de 2025
	Mato Grosso	66	-
	Mato Grosso do Sul	60	28 e 29 de maio de 2025
Sudeste	Espírito Santo	165	27 e 28 de nov. de 2024
	Minas Gerais	200	14 e 15 de abril de 2025
	Rio de Janeiro	202	25 a 27 de nov. de 2024
	São Paulo	154	25 e 26 de abril de 2025
Sul	Paraná	120	15 e 16 de maio de 2025
	Rio Grande do Sul	300	28 e 29 de março de 2025
	Santa Catarina	163	24 e 25 de nov. de 2024

Anexo C – Conferências Temáticas e Livres

Tema	Nº. de participantes	Data de realização
3ª Conferência Temática de Finanças Solidárias	165	22 e 23 de set. de 2024
Conferência Livre de Cultura	80	25 de set. de 2024
1ª Conferência Livre de Economia Popular e Solidária dos Povos das Águas	170	28 e 29 de out. de 2024
Economia Popular e Solidária nos Centros Urbanos – Caminho de Inclusão Socioproductiva e Cidadania	282	31 de out. de 2024
Conferência Livre de Educação Popular em Economia Solidária e Autogestão	84	09 e 10 de nov. de 2024
Conferência Livre de Reciclagem	260	11 de nov.o de 2024
Agroecologia e Economia Solidária	545	12 de nov. de 2024
Conferência Nacional de Juventudes	130	18, 19 e 21 de nov. de 2024
Conferência Estadual de Juventudes e Economia Popular e Solidária do Rio de Janeiro	402	22 de março de 2025
3ª Conferência de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária	62	20 de março de 2025
Conferência Livre de Economia Solidária e Cultura	88	23 e 24 de abril de 2025
Conferência de Mulheres na Economia Solidária	100	29 e 30 de abril de 2025
Conferência Livre de Economia Solidária Digital e Cooperativismo de Plataforma	154	21 de maio de 2025
2ª Conferência Temática de Economia Solidária, Saúde Mental e Cooperativismo Social	114	24 de maio de 2025

Anexo D – Acesso aos conteúdos produzidos

Clique **aqui** e acesse:

- Documento Referencial – 4ª CONAES
- Caderno - Orientações Metodológicas - 4ª CONAES
- Caderno - Relatórios das Conferências Estaduais – 4ª CONAES
- Caderno - Relatórios das Conferências Temáticas e Livres – 4ª CONAES
- Caderno – Moções – 4ª CONAES
- Caderno - Propostas - 4ª CONAES
- Caderno - Propostas Aprovadas - 4ª CONAES
- Fotografias e Vídeos - 4ª CONAES





4ª conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO



PETROBRAS



MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO